



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026

1. PREÂMBULO

- 1.1. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL SUSTENTÁVEL DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ - CIDERSOP Consórcio Público, entidade com personalidade jurídica de direito público inscrito no CNPJ sob o nº 11.269.697/0001-17, com sede à Rua Rui Barbosa, 202, centro, na cidade de Vera Cruz do Oeste, estado do Paraná, torna público a realização de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, através do procedimento auxiliar **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO** com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM** em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 além das demais legislações correlatas e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Pregão eletrônico nº 006/2026		Data de abertura: 02/07/2026 às 09h00 Portal: www.bnc.org.br	
Objeto:			
Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, do tipo van para transporte de passageiros, destinados ao atendimento das demandas do CIDERSOP e dos municípios consorciados.			
Valor Total Estimado			
R\$ 17.937.241,40 (dezessete milhões novecentos e trinta e sete mil duzentos e quarenta e um reais e quarenta centavos).			
Registro de preço	Vistoria	Instrumento	Forma de Adjudicação
SIM	NÃO SE EXIGE	ATA DE REGISTRO DE PREÇO	POR ITEM
Recebimento das propostas/documentação			
Das 08h00 min do dia 18 de junho de 2026 até às 08h00 min do dia 02 de julho de 2026.			
Início da sessão de disputa de preços (lances)			
Às 09h00 min do dia 02 de julho de 2026.			

- 1.2. Pregoeiro e equipe de apoio nomeados pelo ato nº 03/2026 de 02 de janeiro de 2026, publicada no diário eletrônico em 02 janeiro de 2026, composta pelos senhores (as):

Pregoeiro(a)

- 1 - Thais Batista Luchini - CPF nº 098.604.909-37 – Pregoeiro e Presidente;

Equipe de Apoio

- 2 - Vagner Luiz da Silva – CPF nº 049.740.489-37 – Membro e Equipe de Apoio;



**Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico,
Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do
Estado do Paraná – CIDERSOP**



- 3 – **Thamara Menegass** – CPF nº 065.808.359-74 – Membro e Equipe de Apoio;
4 – **Adriane Jackeline Seibert** – CPF nº 078.123.019-58 - Membro e Equipe de Apoio;

2. OBJETO

- 2.1. A presente licitação tem por objeto **Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, do tipo van para transporte de passageiros, destinados ao atendimento das demandas do CIDERSOP e dos municípios consorciados.** Conforme critérios e especificações descritas no Anexo I e no Estudo Técnico Preliminar – ETP o qual faz parte integrante deste Edital.

3. DO VALOR MÁXIMO ADMITIDO

- 3.1. O valor máximo total para a presente licitação é de **R\$ 17.937.241,40 (dezesete milhões novecentos e trinta e sete mil duzentos e quarenta e um reais e quarenta centavos)**, conforme especificado no Anexo I do presente edital.
- 3.2. A metodologia utilizada para a realização da pesquisa mercadológica foi através contratações similares encontradas no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas e cotação de preços junto a empresas especializadas
- 3.3. Com base na pesquisa supracitada, deverá observar os preços unitários máximos dos itens que compõem a contratação, conforme indicados no Termo de Referência.
- 3.4. Após o período de 12 (doze) meses a contar da data do orçamento estimado em 30/05/2026, os valores contratados poderão ser reajustados, visando a adequação aos preços de mercado pela variação percentual com base no índice IPCA-E (IBGE).

4. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 4.1. Para seleção da proposta mais vantajosa será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM** observadas as especificações definidas no Anexo I deste Ato Convocatório, bem como as demais condições exigidas.
- 4.2. A dispensa poderá ser dividida em itens, conforme tabela constante do Anexo I, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 5.1. A impugnação e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados em até 03 (três) dias úteis, antes da data fixada para o recebimento das propostas, por forma eletrônica diretamente na plataforma da licitação ou pelo e-mail cidersop@veracruz.pr.gov.br.
- 5.1.1. O prazo para impugnação e pedido de esclarecimentos da presente licitação é até o dia **29/06/2026**.
- 5.1.2. Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para o recebimento das propostas, exceto quando a alteração no Edital, não afetar a formulação das propostas, conforme dispõe o art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/21.
- 5.1.3. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal.
- 5.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, disponível para consulta aos consulentes



e interessados, no sítio <https://www.cidersop.com.br/> do “Link” – “LICITAÇÕES”, e no sítio <http://www.bnc.org.br> e passará a integrar o edital.

- 5.3. A impugnação não tem efeito suspensivo, mas deve ser aberta a sessão pública de recebimento propostas da licitação enquanto estiver pendente o seu julgamento.
- 5.4. O expediente desta Administração se dá de segunda a sexta-feira, no horário compreendido das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
- 5.5. Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 5.6. O servidor responsável pelos esclarecimentos será: Thamara Menegass – e-mail: cidersop@veracruz.pr.gov.br

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 6.1. Poderão participar da presente Licitação os interessados que atuem no ramo pertinente ao objeto da presente licitação e que atendam a todas as condições contidas na Lei nº 14.133/21, bem como as demais exigências contidas no presente edital, e que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Bolsa Nacional de Compras - BNC (<http://www.bnc.org.br>).
- 6.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/21 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/06.
 - 6.2.1. A obtenção do benefício a que se refere este item fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar dessa Dispensa deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.
- 6.4. O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão licitante responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 6.5. **Não poderão participar deste Pregão:**
 - 6.5.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
 - 6.5.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
 - 6.5.3. Pessoa Física ou jurídica que não seja autorizada pelo fabricante do objeto.
 - 6.5.4. Pessoa Física ou jurídica que se encontre, na data de abertura deste Pregão, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
 - 6.5.4.1. Declarada inidônea junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta no âmbito federal, estadual e municipal.



**Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico,
Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do
Estado do Paraná – CIDERSOP**



- 6.5.4.2. Suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Cidersop.
- 6.5.4.3. O impedimento de que trata este subitem será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 6.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 6.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
- 6.5.7. Pessoa Física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 6.5.8. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.
- 6.5.8.1. A vedação se estende a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 6.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.
- 6.5.10. É vedado à participação do órgão ou da entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital; (art. 82, VIII da Lei 14.133/21 e art. 15, VII do Decreto 11.462/03).

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 7.2. **Junto ao envio dos documentos de habilitação, o licitante apresentará declaração, que:**
- 7.2.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
- 7.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.



**Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico,
Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do
Estado do Paraná – CIDERSOP**



- 7.2.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 7.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/21.
- 7.4.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 7.4.2. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.3 a 7.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, neste Edital e na legislação municipal.
- 7.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 7.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 7.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 7.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 7.8.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 7.8.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 7.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 7.9.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 7.10. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 7.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 7.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar



**Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico,
Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do
Estado do Paraná – CIDERSOP**



pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

- 7.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 8.1.1. Valor unitário do item, em moeda corrente nacional, utilizando duas casas decimais (Ex. R\$ 1,00).
- 8.1.2. Indicação de marca, quando houver modelo.
- 8.2. Com base no inc. III do art. 59 da Lei nº 14.133/21 que determina a desclassificação das propostas que permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação, solicita-se aos licitantes a possibilidade de oferta de preços, já no momento de cadastramento da proposta, com valores não superiores ao estipulado em edital, proporcionando posteriormente a celeridade na etapa de julgamento das propostas.
- 8.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 8.4. No valor proposto deverão estar computados todos os valores necessários para o atendimento do objeto da presente licitação, tais como tributos, encargos diretos e indiretos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e tarifas, fretes, seguros, materiais, custos inerentes à aquisição, transporte e armazenamento, não cabendo ao Consórcio Cidersop quaisquer custos adicionais.
- 8.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.6. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 8.7. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação.
- 8.8. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
- 8.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos quando participarem de licitações públicas.
- 8.10. Não será aceito proposta inferior ao quantitativo máximo previsto neste edital (art. 82, IV da Lei 14.133/21 e art. 15, IV do Decreto 11.462/03).
- 8.11. Em consonância com o teor do art. 12 da Lei Federal 14.133/21, a empresa licitante deverá indicar na Proposta (Anexo II) o telefone celular que opera o aplicativo WhatsApp, e o e-mail que serão utilizados como meios de comunicação oficial do contrato para fins de notificação e intimações oficiais decorrentes da contratação.
- 8.12. Considerar-se-á válida e eficaz a comunicação encaminhada ao endereço eletrônico informado pela Licitante, independentemente de confirmação de leitura,



**Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico,
Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do
Estado do Paraná – CIDERSOP**



de resposta, ou de eventual falha de recebimento decorrente de problemas técnicos, bloqueios, filtros, indisponibilidade do provedor ou incorreção do endereço fornecido.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.8. Poderá ser estabelecido intervalo mínimo de diferença de lances, a critério do pregoeiro.
- 9.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 9.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.
- 9.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente



**Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico,
Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do
Estado do Paraná – CIDERSOP**



- após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.18. O Critério de julgamento adotado será o menor preço (ou maior desconto), conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 9.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Art. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.
- 9.21. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.22. A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.23. Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou ao microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 9.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 9.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 9.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 9.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.28.2. O (a) pregoeiro (a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



- 9.28.3. É facultado ao (a) pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 9.29. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

NO CASO DE JULGAMENTO POR MENOR PREÇO

- 9.29.1.1. Preço unitário e total do item arrematado, descrito na tabela do item 02 do Anexo I deste Edital, bem como o valor total da proposta, utilizando duas casas decimais depois da vírgula (Ex: R\$ 1,00).
- 9.29.1.2. Descrição clara e detalhada do produto e indicação de marca, e modelo quando houver.

10. DA FASE DE JULGAMENTO

- 10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 7.5 do edital (Critérios de Vedação de Participação), especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 10.1.1. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF
- 10.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionad&direcao=asc>).
- 10.1.3. Cadastro de Empresas e Pessoas punidas por trabalho a condições análogas às de escravo.
- 10.1.4. Cadastro de Impedidos de Licitar, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná–TCE/PR
<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>
- 10.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429/1992.
- 10.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
- 10.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 10.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 10.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 10.4. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.
- 10.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 10.5.1. Contiver vícios insanáveis.



**Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico,
Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do
Estado do Paraná – CIDERSOP**



- 10.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no edital.
- 10.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido em edital, inclusive quanto aos valores unitários dos itens componentes do lote/grupo ofertado.
- 10.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 10.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 10.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 10.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata este item, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 10.6.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta.
 - 10.6.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 10.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 10.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 10.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 10.11. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 10.12. O licitante que deixar de enviar a documentação solicitada nos termos deste edital, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo a aplicação de sanções previstas neste edital.
- 10.13. Erros no preenchimento da proposta readequada, não constituem motivo para a desclassificação da proposta. Estes poderão ser corrigidos pelo fornecedor, no prazo indicado no sistema, desde que não haja majoração do preço total e atenda aos critérios dispostos neste edital quando à readequação da proposta.

11. HABILITAÇÃO

- 11.1. Encerrada a etapa de julgamento das propostas, será realizada a verificação dos documentos de habilitação do licitante melhor classificado para o objeto, por intermédio das disposições contidas abaixo.
- 11.2. Para fins de habilitação, os licitantes poderão utilizar o cadastro no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF e/ou Certificado de Registro Cadastral expedido pelo "Setor de Cadastro de Fornecedores do Consórcio Cidersop.", em substituição aos documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica (quando a opção está disponível no referido cadastro), assegurado aos licitantes,



**Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico,
Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do
Estado do Paraná – CIDERSOP**



caso manifestem interesse, vistas aos documentos que compõem os referidos cadastros.

- 11.2.1. O licitante não cadastrado no SICAF e/ou no Cadastro de Fornecedores do Consórcio Cidersop deverá apresentar toda a documentação de habilitação prevista neste Edital, na forma disposta dos itens 11.2.5 e 11.4 do edital.
- 11.2.2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF ou Cadastro de Fornecedores do consórcio Cidersop e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 11.2.3. A habilitação do licitante cadastrado no SICAF será verificada por consulta online ao sistema e para o licitante cadastrado no Consórcio Cidersop a consulta será realizada mediante o documento Certificado de Registro Cadastral que deverá ser anexado pela licitante junto ao sistema de Bolsa Nacional de Compras - BNC na forma do item 11.2.5, aos documentos por eles abrangidos, bem como pela documentação complementar especificada neste edital.
- 11.2.4. A verificação pelo pregoeiro e equipe de apoio, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 11.2.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe ou Cadastro de Fornecedores do Consórcio Cidersop ou documentos de habilitação complementares necessários a confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 11.2.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 11.2.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 11.2.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 11.3. Será verificado se o licitante apresentou no sistema as declarações mencionadas nos itens 8.3 a 8.5 do edital.
- 11.3.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 11.3.2. Os documentos de Habilitação Técnica serão aceitos emitidos em nome da matriz ou da filial, salvo disposição do edital em contrário.
- 11.4. Ressalvado o disposto no item 11.2, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.
- 11.5. **Habilitação Jurídica**
- 11.5.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.



**Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico,
Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do
Estado do Paraná – CIDERSOP**



- 11.5.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 11.5.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado no órgão competente, acompanhado, conforme o caso, da prova de seus administradores ou da diretoria em exercício.
- 11.5.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 11.5.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 11.5.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 11.5.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e todas as alterações posteriores.
- 11.5.8. No caso de empresas reunidas em consórcio: Compromisso de constituição do Consórcio devidamente registrado por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, atendendo as seguintes condições:
- 11.5.9. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração.
- 11.5.10. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na execução do contrato.
- 11.5.11. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva.
- 11.5.12. Indicação do percentual de responsabilidade de cada consorciada, bem como as atividades que serão desempenhadas por cada consorciado individualmente (no caso de consórcios heterogêneos) para o objeto da presente licitação.
- 11.5.13. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, visando manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação, salvo aprovação pela Administração.
- 11.5.14. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não se constituem nem se constituirão, para fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente de seus integrantes.
- 11.5.15. No caso de empresas reunidas em consórcio, cada empresa integrante do consórcio, isoladamente, deverá apresentar os documentos relacionados nos itens 11.6.1 ao 11.6.8 do edital, conforme o caso.
- 11.6. **Regularidade Fiscal e Trabalhista**
- 11.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).



- 11.6.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 11.6.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991.
- 11.6.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 11.6.4.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 11.6.5. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- 11.6.6. Prova de regularidade relativa à Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de débitos trabalhistas – CNDT.
- 11.6.7. Os microempreendedores individuais, as microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação acima requisitada para efeito da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista ainda que com alguma restrição.
- 11.6.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, referente ao item 11.6.2 do edital.
- 11.6.9. Para empresas reunidas em consórcio, deverão ser apresentados todos os documentos relacionados neste item (11.6) de cada empresa integrante do consórcio, isoladamente.
- 11.7. **Qualificação Econômico-Financeira**
- 11.7.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor ou Órgão equivalente, na sede da Pessoa Jurídica.
- 11.8. **Qualificação Técnica**
- 11.8.1. **Apresentar no mínimo 02 (dois) Atestados de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove, que a empresa forneceu bens/serviços semelhantes compatíveis com objeto desta licitação.**
- 11.8.1.1. **O(s) atestado(s) deverá(ão) conter: o nome e o cargo do responsável que o(s) assinar; a indicação de cumprimento da obrigação de forma e qualidade satisfatórias e nos prazos exigidos.**
- 11.8.2. **Apresentar declaração emitida pelo fabricante de que a proponente é representante autorizada da marca ofertada.**
- 11.8.3. **Apresentar catálogo contendo especificações técnicas e deverão obrigatoriamente estar contidas no folheto/catálogo técnico do veículo e**



disponível no site do fabricante em Língua Portuguesa (indicar site), sob pena de desclassificação.

- 11.8.4. **Apresentar declaração que comprove possuir oficina própria e autorizada do fabricante na Região Oeste do Estado do Paraná, com mecânico próprio vinculado à empresa licitante (CLT), vedada a terceirização, para fins de assistência técnica, manutenções e reposições de peças (vedada terceirização) no período da garantia de no mínimo 12 (doze) meses.**
- 11.8.4.1. Quando se tratar de funcionário, cópia da Carteira Profissional de Trabalho ou da ficha de Registro de Empregado (FRE);
- 11.8.4.2. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, cópia do ato constitutivo da mesma;
- 11.8.4.3. Quanto se tratar de autônomo, cópia do contrato de prestação de serviço, com as assinaturas devidamente reconhecidas em cartório.
- 11.8.5. **Apresentar Declaração de Responsabilidade Técnica subscrita por profissional devidamente habilitado em área correlata ao objeto deste contrato, de que se compromete a atuar como responsável técnico na execução dos serviços a serem contratados, caso a licitante seja vencedora deste certame. A declaração deverá ser assinada pela empresa licitante e seu responsável técnico.**
- 11.8.6. No caso de empresas reunidas em consórcio, a exigência contida no item 11.7.1 poderá ser comprovada por qualquer uma das empresas consorciadas.
- 11.8.7. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, deverá ser observado o disposto no §10 e §11 do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.8.8. **No caso de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:**
- 11.8.8.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.
- 11.8.8.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.
- 11.8.8.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual.
- 11.8.8.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107.
- 11.8.8.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.
- 11.8.8.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.



- 11.8.8.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 11.9. **Documentos Complementares**
- 11.9.1. Declaração unificada da licitante de que atende às disposições da Lei nº 14.133/21 conforme relacionadas no modelo constante do Anexo III deste edital.
- 11.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 11.10.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.
- 11.10.2. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.
- 11.10.3. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 11.11. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 11.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 11.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.
- 11.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 11.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 11.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação conforme condições estabelecidas neste edital.
- 11.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.



- 11.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 11.17. A documentação de que trata este edital deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista para abertura da sessão.
- 11.18. Caso não conste prazo de validade no próprio documento ou em cláusula específica deste edital ou no SICAF, será considerado o prazo de validade de até 90 (noventa) dias contados da data de sua expedição.
- 11.19. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.
- 12. RECURSOS**
- 12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 12.3. Quando o recurso impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 12.3.1. Qualquer licitante poderá, de forma imediata, durante o prazo de 30 (trinta) minutos concedido na sessão pública, após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.
- 12.3.2. Após a manifestação de intenção de recorrer, às razões recursais deverão ser apresentadas, no prazo do item 12.2, por meio de documento inserido no campo próprio do sistema, com motivação suficiente e devidamente fundamentada. O prazo conta-se da intimação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação/inabilitação. A simples manifestação de intenção, ainda que contenha resumo dos motivos, não supre a apresentação das razões, sob pena de não conhecimento do recurso e preclusão do direito de recorrer.
- 12.3.3. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.3.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual terá o prazo de 03 (três) dias úteis para apreciação. Posteriormente, o recurso será encaminhado com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no sítio <https://www.cidersop.com.br/> através do "Link" – "LICITAÇÕES", e no sítio <http://www.bnc.org.br>.



- 12.8. Encerrada a fase recursal da sessão pública do Pregão será divulgada a ata no sistema eletrônico.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 13.1.1. Nas hipóteses de suspensão pelo Pregoeiro motivados por situações decorrentes da sessão pública.
- 13.1.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 13.1.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 13.2. Todos os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1. As obrigações da contratada estão detalhadas no Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços.

16. COMPETÊNCIA E DEVERES DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1. 16.1. O presente processo licitatório, por meio de Ata de Registro de Preços, envolve o Consórcio CIDERSOP como Órgão Gerenciador e os municípios consorciados como Órgãos Participantes ou "caronas", conforme a Lei nº 14.133/2021. Para a efetividade e segurança jurídica do processo.
- 16.1.1. Relação de Órgãos Participantes: município de São José das Palmeiras-PR; município de Céu Azul-PR; município de Diamante d'Oeste-PR; município de Vera Cruz do Oeste-PR.
- 16.2. **Do Órgão Gerenciador:** O processo licitatório terá como responsável o atual Presidente do Consórcio CIDERSOP, Sr. Laurindo Sperotto, na qualidade de Gestor do Contrato.
- 16.3. A fiscalização da execução será realizada pela equipe designada no ato nº 03/2026 de 02 de janeiro de 2026, publicada no diário eletrônico em 02 janeiro de 2026.
- 16.4. O Consórcio CIDERSOP, na qualidade de Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, detém as seguintes competências e deveres, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021:
- 16.4.1. Condução do Processo Licitatório: Realizar todos os atos necessários à condução do Pregão Eletrônico, desde a fase preparatória até a homologação e registro dos preços.



- 16.4.2. Gerenciamento da Ata: Administrar a Ata de Registro de Preços, incluindo a publicação, o controle de saldos, a atualização de informações e a aplicação de sanções, quando cabível.
- 16.4.3. Disponibilização de Informações: Manter a Ata de Registro de Preços e seus anexos disponíveis para consulta pública, bem como fornecer as informações necessárias aos Órgãos Participantes para a correta adesão e execução dos contratos.
- 16.4.4. Fiscalização Contratual: Fiscalizar a execução dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços firmados diretamente pelo Consórcio Cidersop, zelando pela conformidade do objeto e pela aplicação das cláusulas contratuais.
- 16.4.5. Negociação e Reequilíbrio: Promover as negociações necessárias para a manutenção da vantajosidade dos preços registrados, bem como analisar e decidir sobre eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da legislação.
- 16.5. **Dos Órgãos Participantes (Municípios Consorciados):** Os municípios consorciados, ao aderirem à Ata de Registro de Preços, assumem a condição de Órgãos Participantes e, portanto, possuem os seguintes deveres e responsabilidades, conforme o art. 86 da Lei nº 14.133/2021:
- 16.5.1. Manifestação de Interesse: Manifestar formalmente seu interesse em aderir à Ata de Registro de Preços, indicando os quantitativos e a justificativa da necessidade, previamente à solicitação de contratação.
- 16.5.2. Gestão do Contrato Próprio: Realizar a gestão e a fiscalização dos contratos firmados diretamente com o fornecedor decorrentes da Ata de Registro de Preços, incluindo o ateste de notas fiscais, o acompanhamento da entrega e a aplicação de sanções, se necessário.
- 16.5.3. Dotação Orçamentária: Assegurar a existência de dotação orçamentária específica para cobrir as despesas decorrentes da aquisição dos caminhões, previamente à formalização do contrato.
- 16.5.4. Conformidade Legal: Observar as normas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços e no presente Termo de Referência, bem como as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.
- 16.5.5. Fiscalização: Encaminhar ao **Órgão Gerenciador** cópia do da **ordem de fornecimento** enviada ao Detentor da Ata de Registro de Preços para aquisição dos objetos.

17. CONTRATAÇÃO

- 17.1. No caso de a licitante vencedora estar reunida em consórcio, apresentar antes da assinatura do contrato decorrente desta licitação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso apresentado no item 11.5.15 do edital, devendo comprovar o arquivamento na Junta Comercial e a Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- 17.2. Após a homologação do resultado deste pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar a ata de registro de preços dos itens adjudicados em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da convocação a este fim, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e no presente edital.
- 17.3. A intimação poderá se dar via e-mail ou por meio de publicação no Órgão Oficial de Imprensa do Consórcio Cidersop.



- 17.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 17.5. Quando o licitante convocado não assinar a ata de registro de preço no prazo e condições estabelecidas neste edital, a Administração poderá convocar outra licitante, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação, conforme procedimento descrito no art. 90, §2º e §4º, da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital exceto aos licitantes convocados nos termos do §6º deste mesmo artigo mencionado.
- 17.6. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para assinar o contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 17.7. Como condição para celebração do contrato ou instrumento equivalente, será verificada se o licitante vencedor mantém as mesmas condições de habilitação, conforme art. 91, §4º da Lei nº 14.133/21.
- 17.8. Farão parte integrante da ata de registro de preços o presente edital e seus anexos, bem como os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a presente licitação.
- 17.9. A ata de registro de preços se regerá pelas cláusulas e disposições nele constantes, pelas demais disposições constantes do presente Edital, pelas disposições contidas na Lei nº 14.133/21, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie do objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que no Edital ou no contrato ou instrumento equivalente não mencionadas.
- 17.10. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizar pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 17.11. A Administração providenciará a publicação do extrato de contrato e de seus eventuais aditamentos.
- 17.12. Não será permitida a subcontratação do objeto.
- 17.13. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

18. FORMALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO

- 18.1. A Ata de Registro de Preços é documento vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso para futura contratação, nos termos definidos no Anexo I – Termo de Referência.
- 18.2. A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade do **Órgão Gerenciador** e dos **Órgãos Participantes**.



- 18.3. Compete ao **Órgão Gerenciador** e aos **Órgãos Participantes** promover as ações necessárias para as suas próprias contratações, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 18.4. A contratação realizada pelo **Órgão Gerenciador** e pelos **Órgãos Participantes** será formalizada **ordem de fornecimento**, conforme modelo constante no Anexo VI.

19. GARANTIA CONTRATUAL DE EXECUÇÃO

- 19.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

20. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 20.1. O licitante estará sujeitos às sanções específicas previstas na Ata de Registro de preços e às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21, art. 155 e seguintes.
- 20.2. A aplicação da sanção administrativa de natureza pecuniária a que se refere o art. 156. Inc. II, da Lei Federal nº 14.133/21, será balizada pelas normas estabelecidas neste edital.
- 20.3. Para fins de cálculo da multa, o percentual aplicável incidirá sobre o valor total do somatório dos itens ofertados e adjudicados à licitante, bem como daqueles que restaram prejudicados em razão do cometimento da infração, tomando-se como base, para o referido cálculo, o valor máximo dos itens em conjunto fixados em edital, observado, em qualquer hipótese, o regramento específico estabelecido para cada infração adiante elencada:
- 20.3.1. Para a infração descrita no inciso I do art. 155, a multa será de 8%;
- 20.3.2. Para a infração descrita no inciso II do art. 155, a multa será de 10%;
- 20.3.3. Para a infração descrita no inciso III do art. 155, a multa será de 15%;
- 20.3.4. Para a infração descrita no inciso IV do art. 155, a multa será de 18%;
- 20.3.5. Para a infração descrita no inciso V do art. 155, a multa será de 18%;
- 20.3.6. Para a infração descrita no inciso VI do art. 155, a multa será de 20%;
- 20.3.7. Para a infração descrita no inciso VII do art. 155, a multa será de 20%;
- 20.3.8. Para a infração descrita no inciso VIII do art. 155, a multa será de 25%;
- 20.3.9. Para a infração descrita no inciso IX do art. 155, a multa será de 25%;
- 20.3.10. Para a infração descrita no inciso IX do art. 155, a multa será de 28%;
- 20.3.11. Para a infração descrita no inciso X do art. 155, a multa será de 30%;
- 20.3.12. Para a infração descrita no inciso XI do art. 155, a multa será de 30%;
- 20.4. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de **mora**, na forma prevista neste edital ou em contrato.
- 20.4.1. Na hipótese de atraso injustificado na execução do contrato, incidirá multa moratória de 0,5% (por cento) por dia de atraso sobre o valor inadimplente, até o adimplemento da obrigação pactuada, limitando-se à 15 (quinze) dias, quando considerar-se-á extinto a obrigação por inexecução total;
- 20.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.
- 20.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante a contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Art. 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021).



- 20.7. Estabilizada a sanção de multa, a penalizada será intimada para efetivar o pagamento no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, pela maneira especificada na intimação.
- 20.8. Não efetivado o pagamento no prazo acima, contado a partir do recebimento da intimação, a obrigação será cobrada judicialmente.
- 20.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, quando solicitada, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, assim autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 20.10. Para fins da infração do inc. IV, art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, **deixar de entregar a documentação exigida para o certame**, entende-se, de maneira exemplificativa, as seguintes condutas:
- 20.10.1. Deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- 20.10.2. Entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- 20.10.3. Fazer entrega parcial da documentação exigida no instrumento convocatório em desatendimento às condições do edital
- 20.10.4. Deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.
- 20.11. Para fins da infração do inc. V, art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, **não manter a proposta**, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, entende-se, de maneira exemplificativa, as seguintes condutas:
- 20.11.1. Deixar de atender a convocações do Agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
- 20.11.2. Deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de contratação;
- 20.11.3. Deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de contratação;
- 20.11.4. Solicitar, sem justo motivo, a desclassificação após a abertura da sessão do certame;
- 20.12. Na aplicação das sanções, salvo a de advertência, haverá a prévia instauração do devido processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa.
- 20.12.1. Na aplicação da sanção de Multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 20.13. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de **impedimento de licitar e contratar** e de **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis ou comissionados, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua



intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 20.13.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 20.14. Caberá **recurso** no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar, e de 05 (cinco) dias úteis para a sanção de advertência, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 20.15. Caberá a apresentação de pedido de **reconsideração** da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 20.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 20.17. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 20.17.1. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- 20.18. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Consórcio CIDERSOP.
- 20.19. A personalidade jurídica do licitante poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o licitante, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).
- 20.20. As **intimações, notificações e comunicações** oficiais referentes a este certame serão realizadas preferencialmente por meio eletrônico, no endereço de e-mail indicado pela Licitante, sem prejuízo da utilização de outros meios oficiais de comunicação, quando necessário.
- 20.21. É de inteira responsabilidade da Licitante informar, no ato de sua inscrição no certame ou quando solicitado, endereço eletrônico válido e ativo, apto a receber comunicações oficiais, devendo zelar pela atualização desse dado durante todo o processo licitatório e pela verificação regular de sua caixa de entrada e pastas de spam/lixo eletrônico.
- 20.22. Considerar-se-á válida e eficaz a comunicação encaminhada ao endereço eletrônico informado pela Licitante, independentemente de confirmação de leitura, de resposta, ou de eventual falha de recebimento decorrente de



**Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico,
Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do
Estado do Paraná – CIDERSOP**



problemas técnicos, bloqueios, filtros, indisponibilidade do provedor ou incorreção do endereço fornecido.

- 20.23. A **Administração Pública deverá**, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Federal nº 14.133/2021).

21. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 21.1. Os critérios de pagamento estão detalhados no **Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de preço**.
- 21.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação solicitados pelo **Órgão Gerenciador** correrão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

Contas	Fonte	Entidade	Funcional Programática	Rubrica
180	001	Cidersop	26.782.0001.1001	4490.52

4490.52 – Veículos diversos – 26.782.0001.2002 – Obras e Equipamentos de Infra Estrutura aos Municípios Consorciados.

- 21.3. As despesas que seguirem nos exercícios subsequentes correrão à conta das rubricas ou verbas específicas consignadas nos orçamentos do Consórcio.
- 21.4. Os **Órgãos Participantes** são responsáveis pelas dotações orçamentárias suficientes para suportar as despesas provenientes das aquisições dos objetos.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1. O Consórcio Cidersop compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação, assegurada a prévia manifestação dos interessados.
- 22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 22.4. A adjudicação e homologação deste Pregão compete ao Consórcio Cidersop.
- 22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.6. O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos <http://www.bnc.org.br> e <https://www.cidersop.com.br/> através do “Link” – “LICITAÇÕES”.
- 22.7. A íntegra deste processo de licitação está disponível no endereço eletrônico <https://www.cidersop.com.br/> através do “Link” – “LICITAÇÕES”.
- 22.8. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A



- falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 22.9. É facultado ao Pregoeiro, ou à Autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive requerendo a planilha de composição de preço para aferir a exequibilidade da proposta.
- 22.10. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 22.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, salvo disposição em contrário, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.13. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse do Consórcio Cidersop, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.14. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.15. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 22.16. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.
- 22.17. As decisões, resultados, comunicados e informações referentes a este processo licitatório serão disponibilizadas no site <http://www.bnc.org.br>, no site <https://www.cidersop.com.br/> através do "Link" – "LICITAÇÕES", encaminhados via comunicado (por e-mail) para o representante indicado no credenciamento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Consórcio Cidersop, quando for o caso.
- 22.18. Em consonância com o teor do art. 12 da Lei Federal 14.133/21, a empresa licitante deverá indicar o telefone celular que opera o aplicativo WhatsApp, e o e-mail que serão utilizados como meios de **comunicação oficial** do contrato para fins de notificação e intimações oficiais decorrentes da contratação.
- 22.19. Considerar-se-á válida e eficaz a comunicação encaminhada ao endereço eletrônico informado pela Licitante, independentemente de confirmação de leitura, de resposta, ou de eventual falha de recebimento decorrente de problemas técnicos, bloqueios, filtros, indisponibilidade do provedor ou incorreção do endereço fornecido
- 22.20. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.
- 22.21. A participação do proponente implica em aceitação de todos os termos deste Edital.



**Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico,
Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do
Estado do Paraná – CIDERSOP**



- 22.22. Serão desconsideradas, para todos os efeitos, quaisquer manifestações que pretenda o licitante atribuir ao Pregoeiro ou à sua Equipe de Apoio, que não tenham sido exaradas de modo expresse, escrito e disponibilizado a todos os licitantes, necessariamente decorrentes de impugnações, recursos, questionamentos, ou qualquer tipo de provocação devidamente encaminhada ou protocolada em tempo hábil.
- 22.23. O foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas desta licitação é o da Comarca de Matelândia, Estado do Paraná, com renúncia prévia e expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 22.24. Constituem-se em anexos do presente edital:

ANEXO I	Condições Gerais, Especificações e Quantitativos
ANEXO II	Modelo de Proposta
ANEXO III	Modelo de Declaração Unificada
ANEXO IV	Minuta de Ata de Registro de Preço
ANEXO V	Cadastro de Reserva da Ata de Registro de Preço
ANEXO VI	Modelo de Ordem de Fornecimento

Vera Cruz do Oeste, 17 de junho de 2026.

**LAURINDO
SPEROTTO:
24196010920**
Laurindo Sperotto
Presidente do Consórcio Cidersop

Assinado digitalmente por LAURINDO
SPEROTTO:24196010920
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado
Digital PF A1, OU=Presencial, OU=
34544391000107, OU=AC SingularID Multipla,
CN=LAURINDO SPEROTTO:24196010920
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.06.17 10:12:30-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.3



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCEDIMENTOS DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026**

ANEXO I

**CONDIÇÕES GERAIS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
TERMO DE REFERÊNCIA**

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Definição do objeto

- 1.1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, do tipo van para transporte de passageiros, compreendendo: Van com capacidade para 16 lugares, incluindo o motorista; e Van com capacidade para 21 lugares, incluindo o motorista; destinados ao atendimento das demandas do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico, Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do Estado do Paraná – CIDERSOP e dos municípios consorciados.
- 1.1.2. A natureza do objeto deste Termo de Referência é serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de bens cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.
- 1.1.3. A contratação será realizada por meio de pregão eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, permitindo a aquisição dos veículos de forma parcelada e conforme a necessidade da Administração, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.
- 1.1.4. Os veículos poderão ser adquiridos tanto pelo CIDERSOP quanto pelos municípios consorciados participantes, de acordo com suas necessidades específicas e disponibilidade orçamentária, mediante emissão de autorização de fornecimento ou instrumento equivalente.
- 1.1.5. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições inicialmente pactuadas, nos termos da legislação aplicável.
- 1.1.6. Os quantitativos previstos neste Termo de Referência constituem mera estimativa de consumo, não gerando obrigação de contratação integral por parte do CIDERSOP ou dos municípios consorciados, sendo as aquisições realizadas conforme a efetiva necessidade de cada ente participante.
- 1.1.7. Os veículos deverão ser fornecidos em conformidade com as especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, acompanhados de todos os equipamentos obrigatórios, documentação pertinente e garantia de fábrica, em perfeitas condições de uso e funcionamento.

2. ESTIMATIVA DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

- 2.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de mercado, em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021,



**Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico,
Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do
Estado do Paraná – CIDERSOP**



utilizando metodologias aptas a identificar valores compatíveis com aqueles praticados no mercado para o fornecimento de veículos automotores novos, zero quilômetro, do tipo van de passageiros com capacidade para 16 (dezesseis) lugares e van de passageiros com capacidade para 21 (vinte e um) lugares, destinados ao atendimento das demandas do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico, Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do Estado do Paraná – CIDERSOP e dos municípios consorciados.

- 2.2. Para a composição da estimativa de preços, foram adotados, entre outros, os seguintes procedimentos:
 - 2.2.1. Pesquisa de preços junto a concessionárias, fabricantes e fornecedores autorizados para comercialização de veículos utilitários de transporte de passageiros;
 - 2.2.2. Consulta a contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, inclusive por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
 - 2.2.3. Análise crítica dos valores coletados, com desconsideração de eventuais preços inexequíveis ou excessivamente elevados que não representem a realidade de mercado;
 - 2.2.4. Utilização da média dos valores obtidos para definição do valor estimado de cada item.
- 2.3. A estimativa do valor total da contratação considerará os quantitativos previstos para os seguintes itens:
 - 2.3.1. Van de passageiros nova, zero quilômetro, com capacidade mínima para 16 (dezesseis) lugares, incluindo o motorista;
 - 2.3.2. Van de passageiros nova, zero quilômetro, com capacidade mínima para 21 (vinte e um) lugares, incluindo o motorista.
- 2.4. Os valores estimados contemplam todos os custos necessários ao fornecimento dos veículos em perfeitas condições de uso e funcionamento, incluindo tributos, frete, transporte, seguro, despesas administrativas, garantia de fábrica, assistência técnica e demais encargos incidentes sobre o objeto.
- 2.5. Os quantitativos estimados possuem caráter meramente referencial, uma vez que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, não gerando obrigação de contratação integral dos quantitativos registrados, mas apenas daqueles efetivamente demandados pelo CIDERSOP e pelos municípios consorciados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 2.6. O valor estimado unitário e total de cada item será demonstrado em planilha específica anexa ao processo, contendo a descrição detalhada dos veículos, os quantitativos estimados, os valores unitários de referência e o valor global estimado da contratação.

Item	Descrição	Und	Qtde	Valor unitário máximo (R\$)	Valor total máximo (R\$)
01	Veículo automotor tipo van 16 lugares novo, zero quilômetro, ano/modelo correspondente ao exercício vigente ou superior na data da entrega, com capacidade mínima para 16 (dezesseis) ocupantes, sendo 15 (quinze) passageiros e 1 (um) motorista,	und	20	R\$ 405.537,30	R\$ 8.110.746,00



**Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico,
Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do
Estado do Paraná – CIDERSOP**



	teto alto, rodado simples, tração traseira e/ou dianteira, pintura sólida na cor branca ou prata. Adaptado para o transporte de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, com dispositivo de acessibilidade devidamente instalado e homologado, consistindo em elevador veicular ou plataforma elevatória para cadeirante, com capacidade compatível para embarque e desembarque seguro de usuário em cadeira de rodas, acompanhado de todos os dispositivos de fixação e cintos de segurança exigidos pela legislação vigente. Porta lateral de acesso aos passageiros com sistema de abertura e fechamento elétrico ou eletrônico, acionado por comando interno ou controle apropriado, garantindo maior segurança, praticidade e acessibilidade. Motor turbo diesel, com no mínimo 4 cilindros, cilindrada mínima de 2.0 litros ou equivalente, potência mínima de 160 cv e torque mínimo de 38 kgfm. Transmissão manual, com no mínimo 6 (seis) marchas à frente. Equipado com ar-condicionado dianteiro e traseiro, direção elétrica ou hidráulica, volante com regulagem de altura e profundidade, sistema multimídia ou rádio com conexão Bluetooth e entrada USB, vidros elétricos nas portas dianteiras, retrovisores externos elétricos, chave reserva, travamento central das portas com controle remoto e sistema de alarme. Bancos para passageiros com revestimento em tecido ou material equivalente, cintos de segurança para todos os ocupantes, tacógrafo eletrônico homologado, airbags frontais para motorista e passageiro. Sistema de freios com ABS, controle eletrônico de estabilidade (ESP ou equivalente), assistente de partida em rampa, assistente de frenagem de emergência e demais sistemas de segurança ativa e passiva exigidos pela legislação vigente. Veículo em conformidade com as normas do Conselho Nacional de Trânsito e com os padrões de emissões vigentes no Brasil, inclusive PROCONVE P-8 ou norma superior. Acompanhado de todos os equipamentos obrigatórios, manuais, certificado de garantia de fábrica e demais acessórios necessários ao perfeito funcionamento e uso imediato do veículo. Garantia de no mínimo 12 meses, sem limite de quilometragem.				
02	Veículo automotor tipo van 21 lugares, novo, zero quilômetro, ano/modelo correspondente ao exercício vigente ou superior na data da entrega, com capacidade mínima para 21 (vinte e um) ocupantes, sendo 20 (vinte) passageiros e 1 (um) motorista, teto alto, entre-eixos longos ou extra longo, rodado simples, tração traseira e/ou dianteira, pintura sólida na cor branca ou prata. Adaptado para o transporte de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, com dispositivo de acessibilidade devidamente instalado e homologado, consistindo em elevador veicular ou plataforma elevatória para cadeirante,	Und	20	R\$ 491.324,77	R\$ 9.826.495,40



**Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico,
Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do
Estado do Paraná – CIDERSOP**



com capacidade compatível para embarque e desembarque seguro de usuário em cadeira de rodas, acompanhado de todos os dispositivos de fixação e cintos de segurança exigidos pela legislação vigente. Porta lateral de acesso aos passageiros com sistema de abertura e fechamento elétrico ou eletrônico, acionado por comando interno ou controle apropriado, garantindo maior segurança, praticidade e acessibilidade. Motor turbo diesel, com no mínimo 4 cilindros, cilindrada mínima de 2.0 litros ou equivalente, potência mínima de 160 cv e torque mínimo de 38 kgfm. Transmissão manual, com no mínimo 6 (seis) marchas à frente. Equipado com ar-condicionado dianteiro e traseiro, direção elétrica ou hidráulica, volante com regulagem de altura e profundidade, sistema multimídia ou rádio com conexão Bluetooth e entrada USB, vidros elétricos nas portas dianteiras, retrovisores externos elétricos com aquecimento, chave reserva, travamento central das portas com controle remoto e sistema de alarme. Bancos para passageiros com revestimento em tecido ou material equivalente, preferencialmente reclináveis, cintos de segurança para todos os ocupantes, tacógrafo eletrônico homologado, airbags frontais para motorista e passageiro. Sistema de freios com ABS, controle eletrônico de estabilidade (ESP ou equivalente), assistente de partida em rampa, assistente de frenagem de emergência, alerta de fadiga do motorista e demais sistemas de segurança ativa e passiva exigidos pela legislação vigente. Freios a disco nas quatro rodas ou sistema equivalente de eficiência compatível com a categoria do veículo. Veículo em conformidade com as normas do Conselho Nacional de Trânsito e com os padrões de emissões vigentes no Brasil, inclusive PROCONVE P-8 ou norma superior. Acompanhado de todos os equipamentos obrigatórios, manuais, certificado de garantia de fábrica e demais acessórios necessários ao perfeito funcionamento e uso imediato do veículo. Garantia de no mínimo 12 meses, sem limite de quilometragem.				
Valor total				R\$ 17.937.241,40

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

- 3.1. A futura e eventual aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, do tipo van com capacidade para 16 lugares e van com capacidade para 21 lugares, fundamenta-se na necessidade de atender às demandas de transporte de passageiros do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico, Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do Estado do Paraná – CIDERSOP e dos municípios consorciados.
- 3.2. Os veículos serão utilizados no transporte de servidores, equipes técnicas, pacientes, estudantes, atletas, participantes de programas e projetos, bem



como de outros usuários dos serviços públicos, conforme as necessidades administrativas, operacionais e institucionais do Consórcio e dos entes consorciados.

- 3.3. A contratação também se justifica pela necessidade de renovação, ampliação e padronização das frotas, proporcionando melhores condições de segurança, conforto, confiabilidade e desempenho, além da redução de custos com manutenção e operação de veículos atualmente em uso.
- 3.4. Além das necessidades próprias do CIDERSOP, diversos municípios consorciados manifestaram interesse na aquisição de vans de transporte de passageiros para atendimento de demandas nas áreas de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura e administração, o que torna recomendável a realização de processo licitatório único, coordenado pelo Consórcio, com utilização do Sistema de Registro de Preços.
- 3.5. A adoção do Sistema de Registro de Preços possibilita que as aquisições sejam realizadas de forma parcelada, conforme a necessidade e a disponibilidade orçamentária de cada ente participante, proporcionando maior flexibilidade administrativa, economicidade, padronização das especificações técnicas e ganho de escala nas contratações públicas.
- 3.6. A inexistência de instrumento contratual adequado poderá comprometer a renovação e ampliação das frotas, dificultando o atendimento das demandas de transporte coletivo e reduzindo a eficiência na prestação dos serviços públicos.
- 3.7. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e plenamente justificada sob os aspectos técnico, operacional e administrativo, constituindo medida adequada para assegurar melhores condições de mobilidade e atendimento das necessidades do CIDERSOP e dos municípios consorciados.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 4.1. A solução pretendida consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, do tipo van com capacidade para 16 lugares e van com capacidade para 21 lugares, destinados ao atendimento das demandas do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico, Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do Estado do Paraná – CIDERSOP e dos municípios consorciados.
- 4.2. O ciclo de vida da solução inicia-se com o planejamento da demanda, considerando as necessidades do Consórcio e dos municípios consorciados quanto à renovação, ampliação e padronização de suas frotas de veículos destinados ao transporte de passageiros.
- 4.3. A partir desse planejamento, será realizado procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços, possibilitando a seleção da proposta mais vantajosa para o fornecimento dos veículos com as especificações técnicas exigidas.
- 4.4. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os veículos poderão ser adquiridos de forma parcelada, conforme a necessidade e a disponibilidade orçamentária do CIDERSOP e dos municípios consorciados, mediante emissão de autorização de fornecimento ou instrumento equivalente.



- 4.5. Os veículos deverão ser entregues novos, zero quilômetro, em perfeitas condições de uso, acompanhados de garantia de fábrica, documentação pertinente, manuais, chave reserva e todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação vigente.
- 4.6. O fornecimento será acompanhado e fiscalizado por servidor(es) designado(s), responsável(eis) por verificar o cumprimento das especificações técnicas, dos prazos de entrega e das demais obrigações previstas na Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência.
- 4.7. O ciclo da solução encerra-se com o recebimento definitivo dos veículos, o registro patrimonial e sua disponibilização para utilização nas atividades administrativas e operacionais do CIDERSOP e dos municípios consorciados.
- 4.8. Dessa forma, a solução adotada assegura maior flexibilidade administrativa, economicidade, padronização das especificações técnicas e eficiência na gestão das aquisições, contribuindo para a modernização das frotas e para a melhoria da prestação dos serviços públicos.

5. REQUISITOS DA CONTRAÇÃO

- 5.1. A contratação para futura e eventual aquisição de veículos automotores deverá atender aos requisitos mínimos abaixo descritos, os quais se mostram necessários e proporcionais para assegurar a adequada execução do objeto, a qualidade dos bens fornecidos e o atendimento ao interesse público.
- 5.2. Os veículos deverão ser fornecidos novos, zero quilômetro, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento e em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.
- 5.3. Os veículos deverão possuir ano de fabricação e modelo correspondentes ao exercício vigente ou superior na data da entrega.
- 5.4. Todos os veículos deverão atender integralmente às normas expedidas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e demais regulamentações aplicáveis, inclusive quanto à segurança veicular, controle de emissões e equipamentos obrigatórios.
- 5.5. Os veículos deverão ser entregues com todos os equipamentos, acessórios e itens de segurança exigidos pela legislação vigente, incluindo, no mínimo, manuais, chave reserva, ferramentas obrigatórias e demais componentes necessários ao seu imediato funcionamento.
- 5.6. Os veículos deverão ser acompanhados de garantia de fábrica, conforme prazo e condições estabelecidos pelo fabricante, sem prejuízo da garantia legal prevista na legislação aplicável.
- 5.7. O fornecedor deverá assegurar a existência de rede de assistência técnica autorizada para atendimento das garantias, conforme condições a serem detalhadas neste Termo de Referência.
- 5.8. O fornecimento deverá contemplar todos os custos e despesas necessários à entrega dos veículos, incluindo tributos, frete, seguro, transporte, emplacamento inicial (quando exigido) e demais encargos incidentes sobre o objeto.
- 5.9. Os veículos deverão atender às especificações mínimas de cada item, compreendendo:
 - 5.9.1. Van nova, zero quilômetro, com capacidade mínima para 16 lugares, incluindo o motorista;



- 5.9.2. Van nova, zero quilômetro, com capacidade mínima para 21 lugares, incluindo o motorista.
- 5.10. Os veículos deverão ser destinados ao transporte de passageiros, oferecendo condições adequadas de segurança, conforto e acessibilidade, conforme as exigências legais e regulamentares aplicáveis.
- 5.11. A contratada deverá possuir regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, bem como comprovar aptidão para o fornecimento dos veículos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 5.12. A contratada deverá cumprir integralmente todas as obrigações legais e contratuais relacionadas ao fornecimento dos veículos, responsabilizando-se pela qualidade dos bens entregues e pela correção de eventuais defeitos ou inconformidades constatadas pela Administração.

6. IMPOSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

- 6.1. A subcontratação, total ou parcial, do objeto da presente licitação é expressamente vedada, em conformidade com o art. 122 da Lei nº 14.133/2021. Esta vedação se fundamenta na natureza do objeto e na necessidade de garantir a integral e direta responsabilidade da Contratada pela qualidade, garantia e conformidade dos caminhões a serem fornecidos, bem como pela prestação dos serviços de assistência técnica, manutenção e reposição de peças.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DE OBJETO

- 7.1. A execução do objeto deverá observar as condições abaixo estabelecidas, com o objetivo de assegurar o fornecimento adequado dos veículos automotores e o atendimento das necessidades do CIDERSOP e dos municípios consorciados.
- 7.2. **Prazo de entrega**
 - 6.2.1. O fornecimento dos veículos será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou documento equivalente.
 - 6.2.2. A contratada deverá efetuar a entrega dos veículos no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da solicitação formal da Administração, salvo prazo diverso previsto na proposta e aceito pela Administração.
- 7.3. **Local de entrega**
 - 7.3.1. Os veículos deverão ser entregues no local indicado pelo CIDERSOP ou pelo município consorciado solicitante, dentro da área de abrangência do Consórcio, compreendendo, entre outros, os municípios de Vera Cruz do Oeste, São Pedro do Iguaçu, Ouro Verde do Oeste, São José das Palmeiras, Céu Azul, Ramilândia, Diamante d'Oeste, Matelândia, Toledo e Missal.
 - 7.3.2. Todas as despesas com transporte, frete, seguro, tributos e demais encargos necessários à entrega correrão por conta exclusiva da contratada.
- 7.4. **Forma de fornecimento**
 - 7.4.1. Os veículos deverão ser entregues novos, zero quilômetro, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados de:
 - 7.4.1.1. manual do proprietário e demais manuais técnicos;
 - 7.4.1.2. chave reserva;
 - 7.4.1.3. certificado de garantia de fábrica;



- 7.4.1.4. documentação pertinente;
 - 7.4.1.5. todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação vigente.
 - 7.4.2. Os veículos deverão atender integralmente às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta vencedora.
 - 7.5. Recebimento do objeto**
 - 7.5.1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, para verificação preliminar das condições gerais do veículo e da documentação apresentada.
 - 7.5.2. O recebimento definitivo será realizado após a conferência detalhada das especificações técnicas, do funcionamento e da conformidade do objeto com as exigências contratuais.
 - 7.5.3. Caso sejam constatadas irregularidades, defeitos ou desconformidades, a contratada deverá promover a substituição ou correção do objeto, sem ônus adicional para a Administração, no prazo estabelecido pela fiscalização.
 - 7.6. Garantia e assistência técnica**
 - 7.6.1. A contratada deverá assegurar garantia de fábrica e assistência técnica autorizada, conforme as condições oferecidas pelo fabricante e aceitas na contratação.
 - 7.6.2. Durante o período de garantia, a contratada será responsável por adotar as providências necessárias para sanar defeitos de fabricação ou funcionamento, sem custos adicionais para a Administração.
 - 7.7. Condições gerais de execução**
 - 7.7.1. O fornecimento deverá observar integralmente as disposições deste Termo de Referência, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da proposta apresentada.
 - 7.7.2. A contratada será responsável pela qualidade dos veículos fornecidos e pelo cumprimento dos prazos e condições estabelecidos, sujeitando-se às penalidades previstas em caso de inadimplemento.
 - 7.8. Matriz de riscos da execução**
 - 7.8.1. Consideram-se como principais riscos da execução contratual:
 - 7.8.1.1. atraso na entrega dos veículos;
 - 7.8.1.2. entrega de veículos em desacordo com as especificações técnicas;
 - 7.8.1.3. ocorrência de defeitos de fabricação;
 - 7.8.1.4. indisponibilidade temporária de componentes ou unidades junto ao fabricante.
 - 7.8.2. A mitigação desses riscos ocorrerá por meio da definição clara de prazos e especificações, da exigência de garantia de fábrica, da conferência no recebimento e do acompanhamento da execução contratual pela fiscalização, podendo ser adotadas as medidas administrativas e contratuais cabíveis em caso de descumprimento.
- 8. GESTÃO DO OBJETO**
- 8.1. Ata de Registro de Preços e os contratos dela decorrentes deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
 - 8.2. A gestão da contratação ficará a cargo do Presidente do Consórcio CIDERSOP, Sr. Laurindo Sperotto, e a fiscalização será exercida pelo Diretor Executivo, Sr. Vagner Luiz da Silva, ou por outros servidores que venham a ser formalmente designados pela Administração.



- 8.3. Compete ao Gestor da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes acompanhar a execução global da contratação, zelar pelo cumprimento das condições pactuadas, controlar a vigência da Ata e adotar as providências administrativas necessárias em caso de irregularidades.
- 8.4. Compete ao Fiscal da contratação acompanhar e fiscalizar diretamente o fornecimento dos veículos, verificando o cumprimento dos prazos de entrega, a conformidade das especificações técnicas, a apresentação da documentação exigida e o atendimento das demais obrigações previstas neste Termo de Referência.
- 8.5. A fiscalização será exercida sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada quanto à qualidade dos veículos fornecidos, ao cumprimento das obrigações assumidas e à observância das normas legais e contratuais aplicáveis.
- 8.6. O objeto será considerado aceitável quando:
 - 8.6.1. os veículos forem entregues dentro do prazo estabelecido;
 - 8.6.2. estiverem em conformidade com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência e na proposta vencedora;
 - 8.6.3. forem entregues novos, zero quilômetro, em perfeitas condições de uso e funcionamento;
 - 8.6.4. estiverem acompanhados da documentação pertinente, garantia de fábrica, manuais, chave reserva e equipamentos obrigatórios;
 - 8.6.5. não forem constatados defeitos, avarias ou desconformidades que comprometam sua utilização.
- 8.7. Caso sejam identificadas irregularidades ou inconformidades, a Administração poderá rejeitar total ou parcialmente o objeto e determinar a substituição ou correção dos veículos, sem ônus adicional para o CIDERSOP ou para o município consorciado solicitante.
- 8.8. A medição do objeto será realizada por unidade efetivamente entregue e aceita pela fiscalização, de acordo com a respectiva Autorização de Fornecimento.
- 8.9. Somente após a conferência e o aceite definitivo dos veículos fornecidos será autorizada a liquidação da despesa, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9. INVIABILIDADE TÉCNICA PARA DIVULGAÇÃO DA INTEÇÃO DE REGISTROS DE PREÇOS

- 9.1. Não foi possível realizar a divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), conforme determina o art. 86 da Lei nº 14.133/21, pois o Portal Nacional das Contratações Públicas (PNPC) ainda não possui integração com o sistema de Intenção de Registro de Preços (IRP), conforme resposta ao questionamento nº 2276779, de 17/08/2023, emitida pela Central de Atendimento aos Sistemas Estruturantes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

10. FORMALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO/EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO



- 10.1. Os objetos do registro de preços poderão ser adquiridos pelo **Órgão Gerenciador** e pelos municípios consorciados, ora denominados **Órgãos Participantes**, conforme relação constante do Anexo I.
 - 10.2. A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade do **Órgão Gerenciador** e dos **Órgãos Participantes**.
 - 10.3. Compete ao **Órgão Gerenciador** e aos **Órgãos Participantes** promover as ações necessárias para as suas próprias contratações, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
 - 10.4. A contratação realizada pelo **Órgão Gerenciador** e pelos **Órgãos Participantes** será formalizada **Ordem de Fornecimento**, conforme modelo constante no Anexo VI.
 - 10.5. A **Ordem de Fornecimento** emitida pelos **Órgãos Participantes** nos moldes do Anexo VI deve ser encaminhada ao Detentor da Ata e ao **Órgão Gerenciador** para o controle de saldos, a atualização de informações e a aplicação de sanções, quando cabível.
 - 10.6. O objeto deverá atender as necessidades da contratante, sendo um serviço de boa qualidade para o bom andamento das atividades do consórcio.
 - 10.7. A proponente vencedora deverá entregar o objeto de acordo com as especificações constantes da proposta e realizar a entrega técnica do mesmo.
 - 10.8. A proponente vencedora deverá comunicar o contratante quando será entregue o objeto para que o responsável possa realizar o recebimento dos mesmos, visando o cumprimento do objeto da presente licitação.
 - 10.9. Os serviços/bens que não estiverem estritamente de acordo com a proposta serão devolvidos no ato da entrega ou posteriormente em até 48 (vinte e quatro) horas, e deverão ser aferidos, corrigidos no mesmo prazo, sob pena de aplicações das penalidades e sanções previstas neste edital.
 - 10.10. No ato da entrega do objeto, a proponente vencedora deverá apresentar a ordem de serviço ao (à) funcionário (a) responsável pelo Recebimento dos produtos para que o(a) mesmo(a) a assine e coloque a data da entrega, comprovando assim o recebimento dos mesmos.
 - 10.11. A proponente vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, os produtos que vierem a ser recusados, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.
 - 10.12. Independentemente da aceitação, a proponente vencedora garantirá a qualidade de cada produto, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito e/ou prazo de validade vencido.
 - 10.13. Independentemente do recebimento definitivo, a contratada responderá pela qualidade técnica dos serviços prestados, obrigando-se a corrigir eventuais falhas, inconsistências ou omissões identificadas posteriormente, especialmente aquelas apontadas por órgãos ambientais ou pela fiscalização do contrato.
- 11. PAGAMENTO**
- 11.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a realização do serviço com sua entrega satisfatória e emissão da Nota Fiscal contendo em seu corpo a descrição do serviço, valor unitário e total, número e modalidade da licitação e número do contrato.



**Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico,
Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do
Estado do Paraná – CIDERSOP**



- 11.2. A nota fiscal deverá estar em nome da contratante Consórcio Cidersop ou dos **Órgãos Participantes**, e na descrição deverá constar o nome do município o qual foi destinado o serviço.
- 11.3. A Contratada deverá informar no corpo da nota o número da conta bancária vinculada ao CNPJ, conforme instrução normativa 089/13 do tribunal de contas do estado do Paraná – art. 9.
- 11.4. A contratada, afim de manter a data atualizada, deverá encaminhar a nota fiscal via e-mail no mesmo dia de sua emissão. E-mail: cidersop@veracruz.pr.gov.br e financeirocidersop@gmail.com ou outro e-mail fornecido pelos **Órgãos Participantes**.
- 11.5. Se a contratada possuir conta bancária em bancos públicos (CAIXA ou Banco do Brasil), o pagamento será mediante transferência on-line entre contas. Caso não possua, será obrigatório encaminhar o boleto bancário, juntamente com a nota fiscal.
- 11.6. Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento será de 05 (cinco) dias úteis a partir da sua reapresentação.
- 11.7. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida à proponente vencedora, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 11.8. A contratada deverá enviar anexada à Nota Fiscal, as Certidões Negativas Federal/INSS e FGTS, vigentes, e mantê-las atualizadas, sob pena do não pagamento até o cumprimento do presente item.
- 11.9. No caso de eventuais atrasos de pagamento desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária pelo índice do IPCA-E (IBGE).
- 11.10. Recomenda-se que o fornecedor emita a nota fiscal com a informação da alíquota e o destaque do Imposto de Renda retido na fonte, conforme o regime tributário aplicável ao fornecedor;
- 11.11. Haverá retenção do Imposto de Renda diretamente na fonte, por ocasião do pagamento, nos termos da tese fixada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme Acórdão no 489/25 – Tribunal Pleno.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

- 12.1. Será selecionado como fornecedor aquele que ofertar o objeto com o **menor preço**, nos termos do art. 6º, inciso XLI da Lei Federal nº 14.133 de 2021 no modelo Pregão Eletrônico.
- 12.2. Para a proposta ser aceita deve observar os **valores unitários e global máximos** aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado

13. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E/OU EXECUÇÃO

- 13.1. O objeto deverá ser **entregue no prazo máximo de 30 (trinta) dias**, contadas a partir da solicitação formal do CIDERSOP, mediante emissão de autorização de fornecimento ou documento equivalente.



- 13.2. A entrega técnica deverá ser realizada em qualquer um dos municípios que aderirem a ata de registro de preço conforme a necessidade sem custos adicionais de frete e outros,
- 13.3. Não haverá quantidade mínima a ser solicitada.
- 13.4. O local de entrega estará descrito na ordem de fornecimento.
- 13.5. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
- 13.6. O objeto entregue pela empresa vencedora estará sujeito a aceitação pela requisitante, à qual caberá o direito de recusar, quando estiver em desacordo com o edital e seus anexos, proposta de preço ou legislação vigentes, obrigando-se a fornecedora substituí-lo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da comunicação oficial feita pelo órgão, sob pena de revogação da ata de registro de preço e aplicação das sanções previstas neste edital.
- 13.7. A empresa vencedora ficará obrigada substituir, imediatamente, o objeto que vierem a ser recusados no ato do recebimento, sem nenhum ônus para a Administração;
- 13.8. Eventuais atrasos na entrega do objeto deverão ser justificados por escrito pela contratada, cabendo à Administração avaliar as razões apresentadas pela empresa, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo.
- 13.9. **Com fulcro no art. 162 da Lei 14.133/21, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa moratória de até 0,5 % (por cento) por dia de atraso injustificado de entrega do produto/execução do serviço sobre o valor inadimplente, até o adimplemento da obrigação pactuada, limitado à 15 (quinze) dias;**

14. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 14.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à homologação do processo licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 14.2. A prorrogação da Ata de Registro de Preços poderá ocorrer tanto em relação aos quantitativos remanescentes quanto mediante renovação integral dos quantitativos inicialmente registrados, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.
- 14.3. A eventual prorrogação deverá ocorrer antes do encerramento da vigência da Ata de Registro de Preços ou antes do esgotamento total dos quantitativos registrados, o que ocorrer primeiro.
- 14.4. A prorrogação ficará condicionada à comprovação formal da vantajosidade dos preços registrados, à manutenção das condições inicialmente pactuadas, à existência de saldo orçamentário e à compatibilidade com o Plano Anual de Contratações – PAC da Administração.
- 14.5. A possibilidade de prorrogação justifica-se pela natureza contínua, recorrente e variável das demandas relacionadas aos serviços de limpeza de bueiros, poços de visita e desobstrução de galerias de águas pluviais, os quais são essenciais para manutenção da drenagem urbana, prevenção de



alagamentos e conservação da infraestrutura pública nos municípios consorciados.

- 14.6. Considerando que as demandas podem ocorrer ao longo de todo o exercício, inclusive em situações emergenciais decorrentes de chuvas intensas, obstruções e acúmulo de resíduos nas redes de drenagem, a prorrogação da Ata contribui para assegurar maior agilidade no atendimento das necessidades da Administração, evitando descontinuidade na prestação dos serviços.
- 14.7. A prorrogação da Ata de Registro de Preços não autoriza a soma dos quantitativos remanescentes com os quantitativos renovados integralmente, devendo a Administração optar, no momento da prorrogação, pela utilização do saldo remanescente ou pela renovação integral dos quantitativos originalmente registrados, conforme justificativa administrativa e interesse público.
- 14.8. Dessa forma, a previsão de prorrogação mostra-se compatível com os princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e planejamento administrativo, assegurando maior estabilidade contratual e atendimento adequado das demandas do CIDERSOP e dos municípios consorciados.

15. COMPETÊNCIA E DEVERES DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 15.1. O presente processo licitatório, por meio de Ata de Registro de Preços, envolve o Consórcio Cidersop como Órgão Gerenciador e os municípios consorciados como Órgãos Participantes ou "caronas", conforme a Lei nº 14.133/2021. Para a efetividade e segurança jurídica do processo, estabelecem-se as seguintes competências e deveres:
- 15.2. **Do Órgão Gerenciador:** O processo licitatório contrato terá como responsável o atual Presidente do Consórcio CIDERSOP, Sr. Laurindo Sperotto, na qualidade de Gestor do Contrato.
- 15.3. A fiscalização da execução será realizada pela equipe designada no ato nº 03/2026 de 02 de janeiro de 2026, publicada no diário eletrônico em 02 de janeiro de 2026.
- 15.4. O Consórcio Cidersop, na qualidade de Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, detém as seguintes competências e deveres, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021:
 - 15.4.1. **Condução do Processo Licitatório:** Realizar todos os atos necessários à condução do Pregão Eletrônico, desde a fase preparatória até a homologação e registro dos preços.
 - 15.4.2. **Gerenciamento da Ata:** Administrar a Ata de Registro de Preços, incluindo a publicação, o controle de saldos, a atualização de informações e a aplicação de sanções, quando cabível.
 - 15.4.3. **Disponibilização de Informações:** Manter a Ata de Registro de Preços e seus anexos disponíveis para consulta pública, bem como fornecer as informações necessárias aos Órgãos Participantes para a correta adesão e execução dos contratos.
 - 15.4.4. **Fiscalização Contratual:** Fiscalizar a execução dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços firmados diretamente pelo Consórcio Cidersop,



zelando pela conformidade do objeto e pela aplicação das cláusulas contratuais.

- 15.4.5. Negociação e Reequilíbrio: Promover as negociações necessárias para a manutenção da vantajosidade dos preços registrados, bem como analisar e decidir sobre eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da legislação.
- 15.5. **Dos Órgãos Participantes (Municípios Consorciados):** Os municípios consorciados, ao aderirem à Ata de Registro de Preços, assumem a condição de Órgãos Participantes e, portanto, possuem os seguintes deveres e responsabilidades, conforme o art. 86 da Lei nº 14.133/2021:
- 15.5.1. Manifestação de Interesse: Manifestar formalmente seu interesse em aderir à Ata de Registro de Preços, indicando os quantitativos e a justificativa da necessidade, previamente à solicitação de contratação.
- 15.5.2. Gestão do Contrato Próprio: Realizar a gestão e a fiscalização dos contratos firmados diretamente com o fornecedor decorrentes da Ata de Registro de Preços, incluindo o ateste de notas fiscais, o acompanhamento da entrega e a aplicação de sanções, se necessário.
- 15.5.3. Dotação Orçamentária: Assegurar a existência de dotação orçamentária específica para cobrir as despesas decorrentes da aquisição dos caminhões, previamente à formalização do contrato.
- 15.5.4. Conformidade Legal: Observar as normas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços e no presente Termo de Referência, bem como as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.
- 15.5.5. Fiscalização: Encaminhar ao **Órgão Gerenciador** cópia do da **ordem de fornecimento** enviada ao Detentor da Ata de Registro de Preços para aquisição dos objetos.

16. RELAÇÃO DE ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 16.1. Nos termos do art. 86, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, os entes consorciados abaixo relacionados manifestaram formalmente seu interesse em integrar a Ata de Registro de Preços destinada à aquisição de veículos.
- 16.1.1. O município de São José das Palmeiras manifestou interesse através do ofício nº 0135/2026 em adquirir 2 (duas) unidades do item 01; 2 (duas) unidades do item 02;
- 16.1.2. O município de Céu Azul manifestou interesse através do e-mail em adquirir 1 (uma) unidade do item 01; 1 (uma) unidade do item 02;
- 16.1.3. O município de Diamante d'Oeste manifestou interesse através do ofício nº 195/2026 em adquirir 1 (uma) unidade o item 01; 1 (uma) unidade do item 02;
- 16.1.4. O município de Vera Cruz do Oeste manifestou interesse através do ofício nº 217/2026 em adquirir 2 (duas) unidades o item 02;

17. REVISÃO/ ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

- 17.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de registro de preços.



- 17.2. A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.
- 17.3. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos.
- 17.4. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
 - 17.4.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 17.4.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 17.5. Tão logo o fornecedor tomar ciência de que o preço registrado se tornou superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, deverá informar o órgão ou entidade gerenciadora, sob pena de sofrer as penalidades administrativas previstas nesta ata, para que a redução do processo registrado possa ser negociada.
- 17.6. Caso o fornecedor, ciente de que o preço registrado se tornou superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, não informe o órgão ou entidade gerenciadora e estes tomem conhecimento da alteração do preço por outros meios, poderão convocar o fornecedor para negociar a redução do preço registrado, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas e da indenização pela diferença entre o valor cobrado e o valor de mercado, devidamente corrigido pela taxa Selic a partir de cada pagamento efetivado pela administração.
- 17.7. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem prejuízo da aplicação de penalidades administrativas e da indenização pela diferença entre o valor cobrado e o valor de mercado, devidamente corrigido pela taxa Selic a partir de cada pagamento efetivado pela administração.
- 17.8. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 17.9. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.
- 17.10. Caso haja a redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado



- contratos, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de negociação com vistas à alteração contratual.
- 17.11. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 17.12. Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.
- 17.13. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.
- 17.14. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador poderá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 17.15. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador liberará o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido do fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e convocará os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, quando cabível.
- 17.16. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial do Consórcio Cidersop.
- 17.17. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos.
- 17.18. Em qualquer hipótese, o preço decorrente da revisão não poderá ultrapassar o praticado no mercado. Será considerado preço de mercado, o que for igual ou inferior à média daquele apurado pelo Departamento de Compras.
- 17.19. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



- 17.20. É vedado à Contratada interromper a entrega dos materiais enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor.

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 18.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133, de 2021, são obrigações da CONTRATADA:
- 18.1.1. Realizar a entrega do material nos prazos e locais indicados pelo CIDERSOP, conforme autorizações de fornecimento emitidas;
 - 18.1.2. Entregar o objeto no quantitativo exato solicitado, sem impor limites mínimos de quantidade ou valor para fornecimento;
 - 18.1.3. Responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga e logística, assegurando que o produto chegue em condições adequadas de uso;
 - 18.1.4. Manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação, regularidade legal;
 - 18.1.5. Substituir, sem ônus para a Administração, o material que não atenda às especificações, prazos ou condições estabelecidas;
 - 18.1.6. Atender prontamente às solicitações do Gestor e do Fiscal do Contrato, prestando as informações e esclarecimentos necessários.
 - 18.1.7. Entregar o objeto desta licitação conforme as especificações constantes no Termo de Referência/proposta, cumprindo o prazo estabelecido e responsabilizar-se pela quantidade e qualidade do objeto desta licitação.
 - 18.1.8. Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela contratante, referentes às condições firmadas no Termo de Referência/proposta.
 - 18.1.9. Entregar o objeto no prazo e local estabelecidos pelo consórcio, acompanhado da respectiva Nota Fiscal devidamente preenchida.
 - 18.1.10. Notificar a CONTRATANTE, por escrito, caso ocorra porventura alguma irregularidade que possa prejudicar ou embaraçar a conclusão do plano municipal de arborização urbana;
 - 18.1.11. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do serviço contratado, sem prévia autorização do CONTRATANTE;
 - 18.1.12. Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação. A ausência da regularização, na forma da legislação em vigor, acarretará a suspensão do pagamento;
 - 18.1.13. Respeitar rigorosamente a legislação concernente ao meio ambiente, no âmbito Federal, Estadual e Municipal, vigente no período da execução por si, seus prepostos ou terceiros utilizados pela CONTRATADA na execução dos serviços;
 - 18.1.14. Zelar pela segurança, higiene e medicina do trabalho, relativamente ao pessoal que a licitante utilizar, direta ou indiretamente, na execução dos serviços, prestando assistência médica e hospitalar, bem como a de primeiros socorros a seus empregados em casos de acidente de trabalho.
 - 18.1.15. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que



**Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico,
Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do
Estado do Paraná – CIDERSOP**



está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

- 18.1.16.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 18.2.** Quanto executar pedidos realizados pelos **Órgãos Participantes**, encaminhar no mesmo dia a Nota fiscal por meio do seguinte endereço de e-mail: cidersop@veracruz.pr.gov.br.

19. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

- 19.1.** Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133, de 2021, são obrigações da CONTRATANTE:
- 19.1.1.** Emitir as autorizações de fornecimento ou documentos equivalentes, indicando quantitativos, prazos e locais de entrega.
- 19.1.2.** Estando o objeto de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a contratante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos pactuados;
- 19.1.3.** Comunicar, por escrito, à contratada, quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento do objeto, solicitando a substituição dos itens que não estejam de acordo com as especificações deste edital/Termo de Referência.
- 19.1.4.** Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para que a execução/entrega do(s) serviço(s) seja executada na forma estabelecida neste Termo de Referência;
- 19.1.5.** Notificar, por escrito, a CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- 19.1.6.** A contratante deverá acompanhar os prazos de entrega do objeto, exigindo que a DETENTORA DA ATA tome as providências necessárias para regularização do fornecimento, sob pena de sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21 e demais cominações legais;
- 19.1.7.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 19.1.8.** Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais.

20. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 20.1.** Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação solicitados pelo **Órgão Gerenciador** correrão por conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

Contas	Fonte	Entidade	Funcional Programática	Rubrica
180	001	Cidersop	26.782.0001.1001	4490.52

4490.52 – Veículos diversos – 26.782.0001.2002 – Obras e Equipamentos de Infra Estrutura aos Municípios Consorciados.



- 20.2. Os Órgãos Participantes são responsáveis pelas dotações orçamentárias suficientes para suportar as despesas provenientes das aquisições dos objetos.

21. DO COMBATE À FRAUDE E À CORRUPÇÃO

- 21.1. Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de suas atividades;
 - b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão de fatos, com o objetivo de influenciar execução dos recursos;
 - c) **“prática oclusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
 - d) **“prática coercitiva”**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato;
 - e) **“prática obstrutiva”**: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, aos representantes da SESA, com o objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso;
- 21.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, oclusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
- 21.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1. Esta licitação poderá ser revogada por interesse público e anulada por ilegalidade de ofício ou mediante provocação de terceiros, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado, aplicando-se os procedimentos inerentes aos recursos quanto à concessão de prazo para contraditório.



**Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico,
Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do
Estado do Paraná – CIDERSOP**



- 22.2. O(A) Pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão releva omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
- 22.3. Até a assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente, poderá a adjudicatária ser excluída da licitação, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a contratante tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.
- 22.4. A proponente vencedora assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao Consórcio Cidersop/Municípios Consorciados e a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto da presente licitação, isentando o Consórcio Cidersop de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.
- 22.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência do fornecimento em igualdade de condições.
- 22.6. O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão publicados, trimestralmente, na imprensa oficial.
- 22.7. Quando a proponente informar isenção de imposto, obrigatoriamente, deverá comprovar o benefício, sob pena de suportar o eventual prejuízo decorrente.
- 22.8. O presente edital reger-se-á também pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei Nº 8.078 (D.O.U. de 12/09/1990).
- 22.9. As empresas que se enquadrarem como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, poderão utilizar os benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006 alterado pela Lei Complementar 147/2014, ficando sob sua responsabilidade a comprovação para tal.
- 22.10. É obrigação da PROPONENTE VENCEDORA manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 22.11. De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelecida pela Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 e Decreto 7.404/2010, que tornou obrigatória a implementação dos sistemas de logística reversa para pneus; pilhas e baterias; embalagens e resíduos de agrotóxicos; lâmpadas fluorescentes, de mercúrio e vapor sódio; óleos lubrificantes automotivos; peças e equipamentos eletrônicos e de informática; e eletrodomésticos, deverá a empresa vencedora receber de volta seus produtos já usados dando destinação na forma da lei.
- 22.12. O Consórcio indicará no contrato o fiscal e o gestor da Ata.
- 22.13. O foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas desta licitação é o da Comarca de Matelândia, Estado do Paraná, com renúncia prévia e expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 22.14. Os casos omissos serão resolvidos à luz da legislação, jurisprudência e doutrina aplicáveis, e dos princípios gerais de direito.



**Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico,
Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do
Estado do Paraná – CIDERSOP**



Vera Cruz do Oeste, 17 de junho de 2026.

**LAURINDO
SPEROTTO:
24196010920**

Assinado digitalmente por LAURINDO
SPEROTTO:24196010920
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado
Digital PF A1, OU=Presencial, OU=
34644391000107, OU=AC SyngularID
Multipla, CN=LAURINDO
SPEROTTO:24196010920
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.06.17 10:13:46-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.3

**Laurindo Sperotto
Presidente do Consórcio Cidersop**



Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico,
Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do
Estado do Paraná – CIDERSOP



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO nº __/2026
Proposta Comercial

Item	Descrição	Und	Qtde	Valor máximo Unitário (R\$)	Valor total Máximo (R\$)
01	XXXXXX	XX	1000	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
Valor total					R\$ XX,XX

Não será aceito proposta inferior ao quantitativo máximo previsto neste edital
(art. 82, IV da Lei 14.133/21 e art. 15, IV do Decreto 11.462/03).

Demais condições e especificações conforme o edital.

- Se vencedora, na qualidade de representante legal, assinará o contrato, o(a) Sr(a). (**nome completo**), brasileiro(a), estado civil (**casado**), profissão (**representante comercial**), portador(a) da cédula de identidade RG nº (**número completo**), inscrito(a) no CPF sob o nº (**número completo**), residente e domiciliado(a) no (**endereço completo**).
- Para contato comercial: Responsável/Representante Legal (nome completo): xxxx, Telefone Fixo nº: (xx) xxxx-xxxx, Telefone Celular nº: (xx) xxxxx-xxxx, E-mail: xxxx@xxx.xxx.xx
- Considerar-se-á válida e eficaz qualquer comunicação encaminhada ao endereço eletrônico e/ou telefone informado pela Licitante, independentemente de confirmação de leitura, de resposta, ou de eventual falha de recebimento decorrente de problemas técnicos, bloqueios, filtros, indisponibilidade do provedor ou incorreção do endereço fornecido

Vera Cruz do Oeste, xx de xxxxxxxx de 202x.

Nome do Representante Razão Social da Empresa CNPJ

Obs: a proposta poderá ser feita em folha timbrada com o nome da empresa.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº ____/2026

A Empresa (**nome completo da empresa**), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº (**número completo**), inscrição estadual (**número completo**), com sede no (**endereço completo**), na pessoa do seu representante legal (**nome do sócio, diretor ou procurador**), brasileiro, (**casado**), (**empresário**), portador da cédula de identidade RG nº (**número completo**), inscrito no CPF sob o nº (**número completo**), residente e domiciliado no (**endereço completo**), nos termos do contrato social ou última alteração contratual (**citar o número da alteração**), **DECLARA** sob as penas da lei que:

- a) De que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
- b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. Outrossim, expressa ter ciência de que o descumprimento do disposto acima durante a vigência da contratação, acarretará em rescisão da mesma e sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/21.
- e) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- f) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Consórcio, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº
cuja função/cargo é.....(sócio



**Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico,
Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do
Estado do Paraná – CIDERSOP**



administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.

g) DECLARO, para fins de cumprimento do disposto na *Súmula Vinculante 13/STF* de 21 de agosto de 2008 e acórdão 2745/10 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que os sócios, bem como o credenciado para esta licitação: Não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

h) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

i) Declaramos que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de apresentação da proposta, sob pena de desclassificação.

(LOCAL E DATA)

Nome do Representante Legal



ANEXO IV

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ____/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026

Ata de Registro de Preços que entre si celebram o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ – CIDERSOP**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.269.697/0001-17, com sede à Rua Rui Barbosa, 202, centro, na cidade de Vera Cruz do Oeste, estado do Paraná, CEP 85845-000 e a empresa _____, CNPJ: _____, com sede à Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado do _____ CEP _____, doravante denominada **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, do tipo van para transporte de passageiros, destinados ao atendimento das demandas do CIDERSOP e dos municípios consorciados.

Item	Descrição	Und	Qtde	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
01				R\$	R\$
Valor total					R\$

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

- 2.1 Para efeitos obrigacionais, tanto o Pregão Eletrônico nº ____/2026, quanto a proposta adjudicada integram a presente ata, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ela não conflitarem.



CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. O valor total da presente Ata é de R\$ _____ (_____), de acordo com o item em planilha em anexo.

3.2 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a realização do serviço com sua entrega satisfatória e emissão da Nota Fiscal contendo em seu corpo a descrição do serviço, valor unitário e total, número e modalidade da licitação e número do contrato.

3.2.1 A nota fiscal deverá estar em nome da contratante Consórcio CIDERSOP ou dos **Órgãos Participantes**, e na descrição deverá constar o nome do município o qual foi destinado o serviço.

3.2.2 A DETENTORA DA ATA deverá informar no corpo da nota o número da conta bancária vinculada ao CNPJ, conforme instrução normativa 089/13 do tribunal de contas do estado do Paraná – art. 9.

3.2.3 A contratada, afim de manter a data atualizada, deverá encaminhar a nota fiscal via e-mail no mesmo dia de sua emissão. E-mail: cidersop@veracruz.pr.gov.br e financeirocidersop@gmail.com ou outro e-mail fornecido pelos **Órgãos Participantes**.

3.2.4 O pagamento será única e exclusivamente através de meio eletrônico e preferencialmente que a proponente vencedora indique conta no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme orientações do contratante. Caso não possua conta bancária em bancos públicos, será obrigatório encaminhar o boleto bancário, juntamente com a nota fiscal.

3.2.5 A DETENTORA DA ATA deverá enviar anexada à Nota Fiscal, as Certidões Negativas Federal/INSS e FGTS, vigentes, e mantê-las atualizadas, sob pena do não pagamento até o cumprimento do presente item.

3.3 Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

Contas	Fonte	Entidade	Funcional Programática	Rubrica
180	001	Cidersop	26.782.0001.1001	4490.52

4490.52 – Veículos diversos – 26.782.0001.2002 – Obras e Equipamentos de Infra Estrutura aos Municípios Consorciados.

3.3.1 Os **Órgãos Participantes** são responsáveis pelas dotações orçamentárias suficientes para suportar as despesas provenientes das aquisições dos objetos.

3.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária pelo índice do IPCA-E (IBGE).

3.5 Após o período de 12 (doze) meses a contar da data do orçamento estimado em 20/05/2026, os valores contratados poderão ser reajustados, visando a adequação aos preços de mercado pela variação percentual com base no índice IPCA-E (IBGE).

3.6 Recomenda-se que o fornecedor emita a nota fiscal com a informação da alíquota e o destaque do Imposto de Renda retido na fonte, conforme o regime tributário aplicável



ao fornecedor;

3.7 Haverá retenção do Imposto de Renda diretamente na fonte, por ocasião do pagamento, nos termos da tese fixada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme Acórdão no 489/25 – Tribunal Pleno.

CLÁUSULA QUARTA – DA REVISÃO/ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de registro de preços.

4.2 A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.

4.3 Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos.

4.4 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.4.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.4.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

4.5 Tão logo o fornecedor tomar ciência de que o preço registrado se tornou superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, **deverá informar o órgão ou entidade gerenciadora, sob pena de sofrer as penalidades administrativas previstas nesta ata**, para que a redução do processo registrado possa ser negociada.

4.6 Caso o fornecedor, ciente de que o preço registrado se tornou superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, não informe o órgão ou entidade gerenciadora e estes tomem conhecimento da alteração do preço por outros meios, poderão convocar o fornecedor para negociar a redução do preço registrado, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas e da indenização pela diferença entre o valor cobrado e o valor de mercado, devidamente corrigido pela taxa Selic a partir de cada pagamento efetivado pela administração.

4.7 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem prejuízo da aplicação de penalidades administrativas e da indenização pela diferença entre o valor cobrado e o valor de mercado, devidamente corrigido pela taxa Selic a partir de cada pagamento efetivado pela administração.



4.8 Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

4.9 Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.

4.10 Caso haja a redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de negociação com vistas à alteração contratual.

4.11 No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

4.11.1 Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

4.11.2 Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

4.11.3 Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador poderá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.12 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador liberará o fornecedor do compromisso assumido, **caso a comunicação ocorra antes do pedido do fornecimento**, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e convocará os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, quando cabível.

4.12.1 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

4.13 Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos.

4.14 Em qualquer hipótese, o preço decorrente da revisão não poderá ultrapassar o praticado no mercado. Será considerado preço de mercado, o que for igual ou inferior à média daquele apurado pelo Departamento de Compras.



4.15 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.16 É vedado à Contratada interromper a entrega dos materiais enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

5.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

5.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

5.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

5.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

5.2. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

5.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

5.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

5.4.1. Por razão de interesse público;

5.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

5.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. O licitante estará sujeitos às sanções específicas previstas no Termo de credenciamento e às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21, art. 155 e seguintes.



6.2. A aplicação da sanção administrativa de natureza pecuniária a que se refere o art. 156, Inc. II, da Lei Federal nº 14.133/21, será balizada pelas normas estabelecidas neste edital.

6.3. Para fins de cálculo da multa, o percentual aplicável incidirá sobre o valor total do somatório dos itens ofertados e adjudicados à licitante, bem como daqueles que restaram prejudicados em razão do cometimento da infração, tomando-se como base, para o referido cálculo, o valor máximo dos itens em conjunto fixados em edital, observado, em qualquer hipótese, o regramento específico estabelecido para cada infração adiante elencada:

6.3.1. Para a infração descrita no inciso I do art. 155, a multa será de 8%;

6.3.2. Para a infração descrita no inciso II do art. 155, a multa será de 10%;

6.3.3. Para a infração descrita no inciso III do art. 155, a multa será de 15%;

6.3.4. Para a infração descrita no inciso IV do art. 155, a multa será de 18%;

6.3.5. Para a infração descrita no inciso V do art. 155, a multa será de 18%;

6.3.6. Para a infração descrita no inciso VI do art. 155, a multa será de 20%;

6.3.7. Para a infração descrita no inciso VII do art. 155, a multa será de 20%;

6.3.8. Para a infração descrita no inciso VIII do art. 155, a multa será de 25%;

6.3.9. Para a infração descrita no inciso IX do art. 155, a multa será de 25%;

6.3.10. Para a infração descrita no inciso IX do art. 155, a multa será de 28%;

6.3.11. Para a infração descrita no inciso X do art. 155, a multa será de 30%;

6.3.12. Para a infração descrita no inciso XI do art. 155, a multa será de 30%;

6.4. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista neste edital ou em contrato.

6.4.1. Na hipótese de atraso injustificado na execução do contrato, incidirá multa moratória de 0,5% (por cento) por dia de atraso sobre o valor inadimplente, até o adimplemento da obrigação pactuada, limitando-se à 15 (quinze) dias, quando considerar-se-á extinto a obrigação por inexecução total;

6.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

6.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante a contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Art. 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

6.7. Estabilizada a sanção de multa, a penalizada será intimada para efetivar o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pela maneira especificada na intimação.

6.8. Não efetivado o pagamento no prazo acima, contado a partir do recebimento da intimação, a obrigação será cobrada judicialmente.

6.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, quando solicitada, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, assim autoriza a Administração a promover a



extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.10. Para fins da infração do inc. IV, art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, deixar de entregar a documentação exigida para o certame, entende-se, de maneira exemplificativa, as seguintes condutas:

6.10.1. Deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

6.10.2. Entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

6.10.3. Fazer entrega parcial da documentação exigida no instrumento convocatório em desatendimento às condições do edital

6.10.4. Deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

6.11. Para fins da infração do inc. V, art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, entende-se, de maneira exemplificativa, as seguintes condutas:

6.11.1. Deixar de atender a convocações do Agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

6.11.2. Deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de contratação;

6.11.3. Deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de contratação;

6.11.4. Solicitar, sem justo motivo, a desclassificação após a abertura da sessão do certame;

6.12. Na aplicação das sanções, salvo a de advertência, haverá a prévia instauração do devido processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa.

6.12.1. Na aplicação da sanção de Multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.13. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis ou comissionados, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.13.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

6.14. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar, e de 05 (cinco) dias úteis para a sanção de advertência, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá



proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.15. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.17. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

6.17.1. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

6.18. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Consórcio CIDERSOP.

6.19. A personalidade jurídica do licitante poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o licitante, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).

6.20. As intimações, notificações e comunicações oficiais referentes a este certame serão realizadas preferencialmente por meio eletrônico, no endereço de e-mail indicado pela Licitante, sem prejuízo da utilização de outros meios oficiais de comunicação, quando necessário.

6.21. É de inteira responsabilidade da Licitante informar, no ato de sua inscrição no certame ou quando solicitado, endereço eletrônico válido e ativo, apto a receber comunicações oficiais, devendo zelar pela atualização desse dado durante todo o processo licitatório e pela verificação regular de sua caixa de entrada e pastas de spam/lixo eletrônico.

6.22. Considerar-se-á válida e eficaz a comunicação encaminhada ao endereço eletrônico informado pela Licitante, independentemente de confirmação de leitura, de resposta, ou de eventual falha de recebimento decorrente de problemas técnicos, bloqueios, filtros, indisponibilidade do provedor ou incorreção do endereço fornecido.

6.23. A Administração Pública deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Federal nº 14.133/2021).



CLÁUSULA SÉTIMA – FORMALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1 O objeto deverá ser entregue, conforme especificado no anexo I Termo de Referência constante no edital, parte integrante deste processo, de acordo com as necessidades e solicitações de fornecimento ou outro instrumento equivalente, independentemente de ausência ou especificação de forma diversa na proposta, sendo as despesas de entrega do produto de responsabilidade da proponente vencedora.

7.1.1 O objeto deverá ser entregue em qualquer um dos municípios consorciados que aderirem a ata de registro de preço conforme a necessidade.

7.1.2 A Ata de Registro de Preços é documento vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso para futura contratação, nos termos definidos no Anexo I – Termo de Referência.

7.1.3 A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade do **Órgão Gerenciador** e dos **Órgãos Participantes**.

7.1.4 Compete ao **Órgão Gerenciador** e aos **Órgãos Participantes** promover as ações necessárias para as suas próprias contratações, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

7.1.5 A contratação realizada pelo **Órgão Gerenciador** e pelos **Órgãos Participantes** será formalizada **ordem de fornecimento**, conforme modelo constante no Anexo VI.

7.1.6 O local de execução do serviço estará descrito na **ordem de serviço**.

7.2 A DETENTORA DA ATA deverá entregar o produto de acordo com as especificações constantes da proposta.

7.2.1 A Detentora da Ata deverá comunicar o contratante quando será entregue o objeto para que o responsável possa realizar o recebimento dos mesmos, visando o cumprimento do objeto da presente licitação.

7.2.2 No ato da entrega do objeto, a Detentora da Ata deverá apresentar a ordem de serviço ao (à) funcionário (a) responsável pelo Recebimento dos produtos para que o(a) mesmo(a) a assine e coloque a data da entrega, comprovando assim o recebimento dos mesmos.

7.3 Os serviços deverão ser realizados em qualquer um dos municípios consorciados conforme a necessidade no endereço que estará indicado na ordem de serviço, em observância às especificações previstas no Termo de Referência, responsabilizando-se pela substituição dos itens que, porventura estejam fora das especificações e/ou tenha sofrido alguma espécie de dano.

7.4 Os serviços não terão quantidade mínima para sua solicitação, deverá ser entregue conforme a necessidade do consórcio.

7.5 Eventuais atrasos na entrega do objeto deverão ser justificados por escrito pela contratada, cabendo à Administração avaliar as razões apresentadas pela empresa, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo.

7.6 O serviço que não estiver estritamente de acordo com a proposta, deverá ser executado novamente no mesmo prazo, sob pena de aplicação das penalidades e sanções previstas neste edital.

7.7 A DETENTORA DA ATA ficará obrigada a trocar, à suas expensas, o produto que vier a ser recusado, **sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.**



**Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico,
Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do
Estado do Paraná – CIDERSOP**



- 7.8 Independentemente da aceitação, a DETENTORA DA ATA garantirá a qualidade do produto, obrigando-se a repor aquele que apresentar qualquer tipo de irregularidade
- 7.9 O objeto será recebido pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços e/ou responsável designado, que realizará as conferências necessárias, para o cumprimento do objeto.
- 7.10 A DETENTORA DA ATA deverá comunicar o contratante quando da entrega dos serviços para que o responsável possa realizar o recebimento e fiscalização dos mesmos, visando o cumprimento do objeto da presente licitação.
- 7.11 No ato da entrega do produto, a DETENTORA DA ATA deverá apresentar autorização/solicitação do responsável de compras ao (à) funcionário (a) /Comissão de Recebimento de Bens e Serviços e/ou responsável, que receberá o produto, para que o (a) mesmo (a) a assine e coloque a data da entrega, comprovando assim o recebimento do mesmo.
- 7.12 O serviço deverá ser realizado em qualquer um dos municípios consorciados conforme a necessidade, sem custo adicional de frete ou outros por parte da DETENTORA DA ATA, podendo variar conforme o consumo.
- 7.13 O local de execução do serviço estará descrito na ordem de serviço que será enviada para empresa vencedora pelo responsável de compras do Consórcio Cidersop.
- 7.14 Horário para execução dos serviços: Os serviços deverão ser realizados das 08:00 às 12:00 horas ou das 13:30 às 17:30 horas, ou em horário diferenciado conforme a necessidade.
- 7.15 A não entrega do objeto no prazo estabelecido, implicará nas sanções e penalidades previstas neste edital e na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS E DO CADASTRO RESERVA

- 8.1 A vigência Registro de Preços/Ata será de **12 (doze) meses**, contado do 1º dia útil subsequente à data de homologação do processo.
- 8.2 O período de vigência acima poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovadamente vantajoso à administração e sob aceite formal do fornecedor, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.2.1 A prorrogação da Ata de Registro de Preços poderá ocorrer tanto em relação aos quantitativos remanescentes quanto mediante renovação integral dos quantitativos inicialmente registrados, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.
- 8.2.2 A eventual prorrogação deverá ocorrer antes do encerramento da vigência da Ata de Registro de Preços ou antes do esgotamento total dos quantitativos registrados, o que ocorrer primeiro.
- 8.2.3 A prorrogação ficará condicionada à comprovação formal da vantajosidade dos preços registrados, à manutenção das condições inicialmente pactuadas, à existência de saldo orçamentário e à compatibilidade com o Plano Anual de Contratações – PAC da Administração.
- 8.2.4 A possibilidade de prorrogação justifica-se pela natureza contínua, recorrente e variável das demandas relacionadas aos serviços de limpeza de bueiros, poços de visita e desobstrução de galerias de águas pluviais, os quais são essenciais para manutenção



da drenagem urbana, prevenção de alagamentos e conservação da infraestrutura pública nos municípios consorciados.

8.2.5 Somente o Órgão Gerenciador poderá formalizar a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços.

8.3 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários.

8.3.1 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

8.4 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.4.1 O instrumento contratual de que trata o item 8.4 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

8.5 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6 Será incluído na ata, na forma de anexo, com objetivo de formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

8.6.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

8.6.2. Mantiverem sua proposta original.

8.7. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

8.8. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

8.9. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

8.9.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

8.9.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na cláusula sétima.

8.10 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA NONA – DAS NULIDADES

9.1 A presente Ata estará sujeita às nulidades previstas no art. 147 e ss. da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUCESSÃO E FORO

• Rua Frei Henrique de Coimbra nº 394, Centro, Vera Cruz do Oeste/PR

• CNPJ: 11.269.697/0001-17

• cidersop@veracruz.pr.gov.br • (45) 9 7603-6414



10.1 – A DETENTORA DA ATA assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao Consórcio CIDERSOP e a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto do presente contrato, isentando o Consórcio Cidersop de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

10.2 – Fica eleito o foro da Comarca de Matelândia, Estado do Paraná, para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa, com renúncia prévia e expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DEVERES DA DETENTORA DA ATA

11.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133, de 2021, são obrigações da empresa vencedora:

11.1.1 Entregar os objetos/itens desta licitação conforme as especificações constantes no Termo de Referência/proposta, cumprindo o prazo estabelecido e responsabilizar-se pela quantidade e qualidade dos objetos desta licitação.

11.1.2 Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela contratante, referentes às condições firmadas no Termo de Referência/proposta.

11.1.3 Entregar o objeto no prazo e local estabelecidos pela secretaria responsável, acompanhado da respectiva Nota Fiscal devidamente preenchida.

11.1.4 – Notificar o contratante, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho das atividades de fornecimento dos produtos.

11.1.5 Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do fornecimento do objeto a ser contratado, sem prévia autorização da contratante.

11.1.6 Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação. A ausência da regularização, na forma da legislação em vigor, acarretará a suspensão do pagamento.

11.1.7 Nos preços ofertados deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, inclusive, frete, seguro, impostos, taxas e outras despesas que incidam ou venham incidir no fornecimento/entrega do objeto.

11.1.8 Respeitar rigorosamente a legislação concernente ao meio ambiente, no âmbito Federal, Estadual e Municipal, vigente no período da execução por si, seus prepostos ou terceiros utilizados pela detentora da ata na execução dos serviços;

11.1.9 Zelar pela segurança, higiene e medicina do trabalho, relativamente ao pessoal que a licitante utilizar, direta ou indiretamente, na execução dos serviços, prestando assistência médica e hospitalar, bem como a de primeiros socorros a seus empregados em casos de acidente de trabalho.

11.1.10 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de ata de registro de preços;

11.1.11 É obrigação da contratada informar à contratante o fato de que o preço registrado se tornou superior ao preço de mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DEVERES DO CONTRATANTE



12.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/2021, são obrigações da contratante:

12.1.1 Acompanhar e fiscalizar o fornecimento/entrega do objeto.

12.1.2 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela detentora da ata relacionados com o objeto pactuado.

12.1.3 Comunicar, por escrito, à detentora da ata, quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento do objeto, solicitando a substituição dos itens que não estejam de acordo com as especificações deste edital/Termo de Referência.

12.1.4 Estando o objeto de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a contratante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos pactuados.

12.1.5 A contratante deverá acompanhar os prazos de entrega do objeto/item, exigindo que a detentora da ata tome as providências necessárias para regularização do fornecimento, sob pena de sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21 e demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

13.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

13.2.1 “Prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

13.2.2 “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

13.2.3 “Prática oclusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

13.2.4 “Prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

13.2.5 “Prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções, ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, nesse edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

13.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, oclusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

13.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, a DETENTORA DA ATA, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o



contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 As demais condições gerais do fornecimento, encontram-se definidas no Edital e seus anexos, que são parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

14.2 O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção realizada pelos órgãos técnicos do Consórcio Cidersop podendo ser rejeitado caso sejam desatendidas as especificações exigidas.

14.3 A existência de preços registrados não obriga o Consórcio Cidersop a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência do fornecimento em igualdade de condições.

14.4 O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão publicados, trimestralmente, na imprensa oficial.

14.5 Quando a proponente informar isenção de imposto, obrigatoriamente, deverá comprovar o benefício, sob pena de suportar o eventual prejuízo decorrente.

14.6 A presente Ata reger-se-á também pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei Nº 8.078 (D.O.U. de 12/09/1990).

14.7 De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelecida pela Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 e Decreto 7.404/2010, que tornou obrigatória a implementação dos sistemas de logística reversa para pneus; pilhas e baterias; embalagens e resíduos de agrotóxicos; lâmpadas fluorescentes, de mercúrio e vapor sódio; óleos lubrificantes automotivos; peças e equipamentos eletrônicos e de informática; e eletrodomésticos, deverá a DETENTORA DA ATA receber de volta seus produtos já usados dando destinação na forma da lei.

14.8 O objeto deverá estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega será verificado o estado de conservação do mesmo. O objeto que apresentar problema será rejeitado, obrigando-se o fornecedor a substituí-lo, sem prejuízo para o Consórcio Cidersop. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à DETENTORA DA ATA sanções previstas nessa ata e na legislação vigente.

14.9 – É obrigação da DETENTORA DA ATA manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.10 – O fiscal da presente Ata de Registro de Preços é o Sr. Vagner Luiz da Silva, nomeado através do ato nº 06/2021.

14.11 – O gestor da presente Ata de Registro de Preços é o Sr Laurindo Sperotto, Ata de Eleição Presidente do Cidersop.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.



**Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico,
Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do
Estado do Paraná – CIDERSOP**



Vera Cruz do Oeste, de ____ de _____ de 2026.

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
SOCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL SUSTENTÁVEL DA REGIÃO OESTE DO
ESTADO DO PARANÁ**
Contratante

Contratada



ANEXO V

CADASTRO DE RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ____/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026

1. Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Qualificação do Licitante: Razão Social, CNPJ, endereço, contatos, representante					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1			Unid.	R\$	R\$
2			Unid.	R\$	R\$
3			Unid.	R\$	R\$
Total				R\$	

2. Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Qualificação do Licitante: Razão Social, CNPJ, endereço, contatos, representante					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1			Unid.	R\$	R\$
2			Unid.	R\$	R\$
3			Unid.	R\$	R\$
Total				R\$	



ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026

MODELO DE ORDEM DE FONECIMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO nº __/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº __/2026
REGISTRO DE PREÇO nº __/2026

Solicita-se à Detentora da Ata de Registro de Preços nº __/2026, empresa (**qualificação**), o fornecimento os produtos abaixo especificados, em conformidade com o objeto do Pregão Eletrônico nº __/2026:

Item	Descrição	Valor Unitário	Qtde	Valor total
01	XXX	R\$ XXX	XX	R\$ XXX
02	XXX	R\$ XXX	XX	R\$ XXX
Valor total				R\$ XXX

Ao emitir a Nota fiscal, encaminha-la via e-mail da solicitante **XXX** e para o **Órgão Gerenciados** por meio do seguinte endereço de e-mail: cidersop@veracruz.pr.gov.br.

A Nata Fiscal deve ser encaminhada na mesma data de sua emissão afim de manter a data atualizada, e evitar solicitação de cancelamento.

O(s) objeto(s) deverão ser entregues no endereço **XXX**.

O expediente desta Administração se dá de segunda a sexta-feira, no horário compreendido das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Município, data.

Responsável